

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 105/106 CURITIBA, QUINTA/SEGUNDA-FEIRA, EM 17/21 DE AGOSTO DE 2000 ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Valdir Rossoni
Líder Oposição Irineu Colombo
PTB Ademar Traiano
PFL Plauto Miró Guimarães
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Edgar Bueno
PSDB Sérgio Spada
PL Pastor Edson Praczyk
PSL Edno Guimarães
PST Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kiele - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Pupprio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE AGOSTO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Pastor Edson Praczyk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requero verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

Quinze deputados aprovam a Ata, nenhum rejeita. Existem, no Plenário, apenas quinze deputados. Não há número legal para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2000.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 145/98, 220/97, 625/99 e 221/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 632 e 656/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 115 e 217/2000.

Levanta-se sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 077ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE AGOSTO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr

Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1530

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária de terça-feira, dia 22 de agosto de 2000, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei nº 256/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 017/2000, que dispõe sobre o Fundo Estadual do Meio Ambiente, para nele concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos com objetivo de controle, preservação, conservação e a recuperação do meio ambiente.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Miltinho Puppio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Geraldo Cartário, Algaci Tulio, Serafina Carrilho, Élio Rusch, Antonio Baratter, Augustinho Zucchi, Antonio Carlos Belinati, Carlos Simões, Marcos Isfer, Duílio Genari, Divanir Braz Palma, Ademar Traiano, Nelson Garcia, Basílio Zanusso, Cesar Seleme e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 1529

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 175, § 2º, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a diminuição de interstício para realização de Sessões Extraordinárias, logo após Sessão Ordinária do dia 21 de agosto para

apreciação e votação do Projeto de Lei nº 233/2000, proveniente da Mensagem Governamental nº 012/99, que dispõe sobre a autorização do Poder Executivo incluir no edital de venda do Banestado, a manutenção das contas do SIAF, disponibilizando dos fundos estaduais para pagamento do funcionalismo e oferecer parte das ações de propriedade do governo para os empregados e funcionários do conglomerado Banestado.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Carlos Simões, Duílio Genari, Antonio Baratter, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Divanir Braz Palma, Algaci Tulio, Augustinho Zucchi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Serafina Carrilho, Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia, Basílio Zanusso, Cesar Seleme e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 1538

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1527

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata do trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Nahime André Buffara, viúva do ex-deputado Miguel Buffara, ocorrido em 17 de junho/2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, em 17.06.2000, com a idade de 79 anos, a senhora Nahime André Buffara, que era viúva do ex-deputado Miguel Buffara, e deixou 06 filhos e 13 netos.

O passamento de Dona Nahime veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este Parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Sua serva Nahime André Buffara.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Dona Nahime, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida, Senhor, abençoe a família de Nahime André Buffara para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Sua serva Nahime sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Buffara, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1515

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Arcebispo de Curitiba - Dom Pedro Fedalto, pela comemoração de seus 74 anos.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Arcebispo de Curitiba - Dom Pedro Fedalto está comemorando seus 74 anos de idade.

Dom Pedro Fedalto é um exemplo de trabalho e dedicação. Possui uma rotina diária que mais parece uma maratona, pois divide seu tempo entre audiências em sua residência, visitas pastorais, celebração e os programas diários de rádio, sempre levando sua mensagem de fé, amor e paz ao povo de Deus.

Dom Pedro Fedalto tornou-se padre no ano de 1953. Em agosto de 1966 foi ordenado bispo e em 1970, Arcebispo de Curitiba. Já são 47 anos de sacerdócio, 30 anos de bispado e 29 anos à frente do Episcopado de Curitiba.

Pela comemoração de seus gloriosos 74 anos de existência, receba o Arcebispo de Curitiba - Dom Pedro Fedalto (Rua Jaime Reis, 369 - Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1516

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Mercado Municipal de Curitiba, sua administração e seus permissionários, pela comemoração de seus 42 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Mercado Municipal de Curitiba está comemorando 42 anos de fundação. Criado pela Lei nº 1.136 de 14 de outubro de 1995, teve suas obras executadas pela Construtora Gastão Câmara iniciadas em maio de 1956 e concluídas em junho de 1958. A sua inauguração deu-se em 02 de agosto do mesmo ano, na administração do então prefeito Ney Braga.

A orientação técnica da obra foi do engenheiro e ex-prefeito de Curitiba Saul Raiz e a construção passou por uma reforma em 1998. O complexo do Mercado Municipal gera cerca de 660 empregos diretos e cerca de 1200 empregos indiretos e é um centro de treinamento de técnicos que vão gerenciar equipamentos mantidos pela Secretaria de Abastecimento, como os Armazéns e Mercadões.

O Mercado Municipal é um marco da nossa Capital. Completa seus 42 anos mantendo a variedade de produtos e tradição no atendimento, reunindo produtores e comerciantes que oferecem serviços e vendem desde hortigranjeiros até roupas, pequenos animais, plantas e especiarias nacionais e importadas.

O público do Mercado Municipal é fiel. por ali passam diariamente 80 mil pessoas que não abrem mão da tradição deste ponto de encontro que é também reduto de boas histórias.

REQUERIMENTO Nº 1525

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, Codapar, pela comemoração de seus 44 anos de existência, na data de hoje.

Da decisão de Plenário requer, que seja dada ciência a Codapar, na pessoa do diretor presidente, doutor Evaldo Barbosa, a Rua André de Barros, 671, Centro, Curitiba/Paraná.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, Codapar, empresa de economia mista vinculada a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, está completando 44 anos de existência, contribuindo desde 1956, para o desenvolvimento agropecuário do Paraná, em especial à agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida no campo e a sua sustentabilidade.

A Codapar possui uma rede de armazéns localizadas nos principais eixos de produção agrícola do Estado, onde estoca desde grãos, merenda e material escolar até produtos industrializados, sendo a primeira empresa do país a receber o selo de armazéns de garantia do Banco do Brasil pelos excelentes serviços prestados nesta área. Atua na área de mecanização agrícola, trabalhando em terraplanagem, abertura e readequação de estradas rurais, açudes, poços artesianos etc.; participando também no programa Vilas Rurais.

No projeto paraná 12 meses, a empresa administra os recursos do Funparaná, destinado ao alívio à pobreza da família rural, realizada também a fiscalização de aplicação destes recursos. Até julho deste ano, o projeto PR12 meses, através da Codapar, repassou cerca de R\$34 milhões, atendendo mais de 4 mil propostas, que beneficiaram 33 mil famílias em praticamente todos os municípios do Estado.

A Codapar atua no projeto Escola do Campo, viabilizando parcerias para sua consolidação, que tem por finalidade, a formação dos jovens do campo em agricultores profissionais. Atualmente existem 38 unidades da Escola do Campo, que atendem 2.200 jovens agricultores de mais de 50 municípios e beneficiam em torno de 10 mil pessoas.

Decorrente da política adotada em diversificar o trabalho desempenhado pela empresa nos últimos anos, foi possível ampliar as atividades de atuação da Codapar não só na área agrícola. Em 1992, a empresa assumiu a administração da Estação Aduaneira Interior (EADI), de Foz do Iguaçu, onde promoveu uma série de modernizações, que contribuíram para melhorar a performance dessa EADI, considerada uma das maiores do Brasil.

Nos últimos anos, a Codapar vem implementando uma política de reestruturação de suas atividades, de forma a tornar-se mais ágil, consolidando sua missão de agente do desenvolvimento agropecuário.

REQUERIMENTO Nº 1526

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao senador Osmar Dias, pela feliz iniciativa da proposição sobre mecanismos contra a corrupção.

Requer outrossim, que da decisão seja dada ciência ao eminente senador Osmar Dias.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a finalidade de prevenir a corrupção na administração pública, o senador Osmar Dias apresentou requerimento no Senado Federal para a instalação de comissão temporária para estudar o Sistema de Controle das Finanças Públicas e do Orçamento. O colegiado também proporia modificações nos mecanismos e órgãos

atualmente existentes para evitar o desvio de recursos públicos.

Como contribuição para os trabalhos da Comissão, o senador apresentou projeto de lei que aperfeiçoa a fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas da União.

A corrupção no Brasil, chegou a tal ponto que tem um custo exorbitante, sobretudo nas economias frágeis, aquelas que desaparecem antes de chegar ao seu destino.

A praga é tal, que o próprio Senado Federal pretende construir um grupo de trabalho para tratar do assunto, aumentando seus esforços para lutar contra a corrupção, pois as provas de seu enorme custo econômico se multiplicam, aberrações essas, que causam efeitos desastrosos as economias em dificuldades.

O Brasil, com a sua dimensão continental que ocupa quase toda a América Latina, deve somar valores vergonhosos. Por todas as paragens brasileiras rolam fortunas, e o crescimento da Nação em todas as áreas das políticas sociais nos entristece. Uma praga alastrada, gigante, visceralmente intolerável que necessita ser contida urgentemente.

REQUERIMENTO Nº 1524

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de louvor à doutora Marli Terezinha Pereira, juíza de Direito, pelo extraordinário trabalho desenvolvido na área de abrangência da comarca de Wenceslau Braz e que seja dado ciência da presente proposição ao presidente e ao corregedor do egrégio Tribunal de Justiça, desembargador Sydney Zappa e Osires Fontoura respectivamente, a câmara e prefeitura municipal de Wenceslau Braz.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Wenceslau Braz é sede de uma comarca enorme e avolumada de serviços. Porém a doutora Marli Terezinha Pereira, tem se destacado para poder dar conta do recado. Sempre com muito zelo, imparcialidade e firmeza, procura aplicar a justiça, assegurando a todos credibilidade e respeito.

Na verdade, grande parte da magistratura paranaense, trabalha sobrecarregada. Pouca estrutura e muitos desafios. Por isso é bom constatar o elevado nível e a grande qualificação da maioria dos juízes do nosso Estado. É nesta situação que se encontra a doutora Marli, pelos relevantes serviços prestados à causa da justiça, merece, amplamente a homenagem, ora proposta. Solicito aos meus caros colegas que se assomem na aprovação da matéria, em análise.

REQUERIMENTO Nº 1522

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o

Plenário, envio de expediente ao ministro da Justiça, senhor José Gregori, solicitando a instalação de uma delegacia da Polícia Federal na cidade de Cascavel, Paraná.

Da decisão, solicito o envio de comunicação ao ministro da Justiça, José Gregori, na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, CEP 70064-900, Brasília, DF.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem o objetivo de solicitar ao ministro da Justiça, José Gregori, a instalação de uma delegacia da Polícia Federal em Cascavel.

Este pedido se deve ao fato de que houve um aumento exacerbado nos índices de criminalidade de Cascavel e região, inclusive os de natureza federal, dentre os quais, o tráfico de entorpecentes, moeda falsa e outros.

É de lei, que as comarcas em que haja Circunscrição da Justiça Federal, como é o caso de Cascavel, que seja instalada a respectiva delegacia de Polícia Federal.

Cascavel possui aproximadamente 300 mil habitantes e fica distante cento e vinte quilômetros de Foz do Iguaçu. Por ser região de fronteira possui um alto índice de crimes federais, como os já expostos acima.

A delegacia de Foz do Iguaçu que atende a circunscrição de Cascavel, está abarrotada de serviços, que são em grande parte provenientes de Cascavel.

Diante do exposto, solicitamos o voto favorável dos nobres Pares, para que o requerimento seja aprovado e esta solicitação seja atendida.

REQUERIMENTO Nº 1531

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeitura municipal de Rio Branco do Sul, no sentido de atender o pedido da senhora Roseli Santana dos Santos, residente à Rua José Bueno de Freitas, nº 70 - Centro, que pede a implantação de iluminação pública na rua em que reside, tendo em vista que a taxa de iluminação é cobrada dela, porém o benefício inexistente. São 06 (seis) casas localizadas nessa rua, a qual dista dessa prefeitura 300 metros, que encontram-se sem a referida iluminação. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 652-1109.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1532

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeitura municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido da senhora Ivone Borges, residente à Avenida Zezo, nº 32 - Bairro Guarituba, que reitera o pedido feito

através do nosso Requerimento LCM/AL/18.738 datado de 03.05 do corrente, referente a limpeza das valetas existentes nos fundos de sua residência, tendo em vista as mesmas encontrarem-se entupidas e causando muitos transtornos. O mau odor é insuportável, além do perigo de contração de doenças. Pede ainda, providências quanto a um bueiro neste mesmo endereço, e de frente para a Rua Herbert Trap. O bueiro está entupido causando refluxo em frente a residência, o mau cheiro também é insuportável, prejudicando os moradores. Pede-se urgência no atendimento do presente, face a situação crítica do local. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 667-6822.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1533

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeitura municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da senhora Santina Camargo, residente à Rua Rio Tietê, nº 998 - Jardim Weisópolis, que pede reparos nas ruas de todo o bairro, tendo em vista que as mesmas encontram-se completamente intransitáveis, prejudicando e causando transtornos para toda a comunidade. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9988-2256.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1534

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores e lojistas da Rua Raposo Tavares - Bairro Pilarzinho, que pedem policiamento ostensivo nesta região. A ocorrência de assaltos é constante, sendo que os assaltantes agem livremente nos pontos comerciais e quando a presença de policiais é solicitada demoram muito para chegar ao local, permitindo que eles fujam. No dia 10/08 do corrente, foi assaltada uma farmácia às 19h00, sendo chamado imediatamente a polícia, porém a viatura somente chegou ao local às 19h30, tempo este suficiente para a fuga dos assaltantes. A população encontra-se apreensiva e desprotegida, motivo pelo qual fazem tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1535

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Tatuquara, mais especificamente da Moradias Santa Rita, que pedem policiamento ostensivo no local. A falta de segurança é muita, sendo que até as crianças têm sido assaltadas. A presença de policiais no local com certeza inibirá a ação dos assaltantes, sendo proporcionado à comunidade segurança.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1536

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Mossunguê, mais especificamente da Rua Engenheiro Lourival Maciel, os quais pedem policiamento ostensivo no local. Ultimamente, têm ocorrido muitos assaltos às residências, deixando os moradores apreensivos, tendo em vista que os assaltantes levam tudo o que podem. Com a presença de policiais, com certeza será inibida a ação desses assaltantes, sendo proporcionado maior segurança para a comunidade.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1537

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no centro da cidade, mais especificamente atrás da Igreja Catedral, nos pontos de ônibus. Diariamente, os alunos que estão esperando a chegada do ônibus, são alvo de assaltos. Pede-se urgência no atendimento do presente, tendo em vista que a situação encontra-se crítica para todos os usuários do transporte coletivo.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1540

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor doutor Fábio Bittencourt da Rosa, juiz presidente do egrégio Tribunal Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre - RS, apoiando incondicionalmente a criação e instalação de Unidades Jurisdicionais Fracionárias nas cidades de Curitiba e Florianópolis, sedes das seções judiciárias do Paraná e Santa Catarina.

Requer ainda, sejam cientificados os Excelentíssimos senhores Jaime Lerner, governador do Estado, e desembargador Sydney Dittrich Zappa, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Fundamentado na real necessidade de agilização da prestação de serviço jurisdicional, adequadamente apoiada em mecanismos eficientes para fazer frente à sua nobre missão, o TRF da 4ª Região propõe a criação de turmas avançadas que possibilitem a sua descentralização.

Reconhecendo tratar-se de uma medida que atenderá os anseios de considerável parcela da população, da importante tarefa que será atribuída às referidas turmas, e mais, que a aproximação dos serviços do Tribunal resultará em significativa contenção de gastos, é que esta Casa, com o aval dos seus eminentes edis, apóia integral e incondicionalmente a oportuna e plenamente justificada proposta do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na pessoa do seu presidente, doutor Fábio Bittencourt da Rosa.

REQUERIMENTO Nº 1528

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, doutor Heinz Herwig, solicitando a retomada urgente das obras de pavimentação asfáltica da Estrada Rural Jaguaruna, no município de Sarandi - PR, a qual foi iniciada e atualmente encontra-se paralisada, e em consequência o trabalho que já foi executado está deteriorando-se.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1513

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Segurança Pública, Excelentíssimo senhor José Tavares, conforme segue:

01 - Quantos veículos foram entregues nos últimos 06 (seis) meses a Polícia Militar em todo o Estado?

02 - Quais os municípios contemplados com esses veículos?

03 - Quais os modelos entregues a cada município?

04 - Os veículos foram comprados com recursos orçamentários, ou são locados por empresas terceirizadas?

05 - Se foram locados, quais as empresas responsáveis pelo fornecimento desses veículos e qual o custo mensal dos mesmos?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1517

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o secretário de Estado da Fazenda, senhor Giovani Gionédis e o presidente do Banco Banestado, senhor Reinhold Stephanes, solicitando as informações e documentos abaixo relacionados, referentes à privatização do Banco Banestado:

I - No edital de contratação da empresa especializada para avaliação do Banestado e modelagem do processo de privatização, foi estabelecida uma maior pontuação para empresas que já haviam prestados tais serviços. Assim, foi vencedor do certame do consórcio liderado pelo Banco Fator S/A, que cuida da privatização do Banespa.

Ocorre que, conforme declarações de diretores de algumas instituições pré-qualificadas para participarem do leilão do Banespa, existe um descontentamento geral quanto aos serviços executados pelo banco Fator. Consta, inclusive, a necessidade de uma das instituições em formular 300 quesitos para obter maiores esclarecimentos. Um executivo do Citibank manifestou sua insatisfação: “sabemos que o Fator tem alguma experiência em privatização. Mas realmente ele não tem porte para lidar diretamente com gigantes que atuam no sistema bancário”.

Em vista disso, indaga-se:

1) Quando expira o contrato com o referido Banco?

2) Quanto o Banco Fator recebeu, ou ainda receberá, pela execução dos serviços? Especificar datas e valores.

3) Existe algum tipo de garantia pelos serviços realizados?

4) Remeter cópia do relatório de avaliação realizado.

5) Como foi realizado o estudo e avaliação do Banestado?

II - Em audiência pública realizada no dia 04 de agosto de 2000, o senhor secretário da Fazenda, doutor Giovani Gionédis, informou que naquele ato estar-se-ia iniciando verdadeiramente o processo de desestatização e privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

Ocorre que nos termos do artigo 39, da Lei 8666/93, deverá haver a realização de audiência pública com antecedência mínima de 15 dias da data prevista para a publicação do edital.

Indaga-se:

1) Como o edital de pré-qualificação foi publicado em maio de 2000, houve uma inversão da ordem legal estabelecida?

2) Em caso positivo, qual a consequência deste ato?

3) Poder-se-ia considerar que o edital de pré-qualificação é nulo?

4) O processo licitatório que está submetido o processo de venda do Banestado deverá seguir obrigatoriamente os ditames da Lei 8666/93? Quais serão as próximas etapas a serem seguidas?

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(aa) HERMES FONSECA

ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

As questões suscitadas no presente requerimento dizem respeito a toda sociedade brasileira, que precisa acompanhar processos que envolvem vultosas quantias de recursos públicos e têm reflexos na economia do País e do Estado do Paraná.

A transparência no que toca à privatização do Banestado deve ser uma meta de todas as autoridades, pois resguarda um direito da sociedade, que é o de ser informada, e faz valer um dever da Administração, que é o de prestar todos os esclarecimentos de assuntos públicos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 266/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social, com sede e foro no município de Paranaguá, criado através da Lei Municipal nº 1922 pelo Legislativo daquele município, vem desenvolvendo ao longo dos anos um importante trabalho junto àquela população, na área de assistência social.

Trabalhando dentro dos objetivos e metas propostos na LOAS - lei que define os parâmetros nesta área de atuação, o COMAS vem desenvolvendo suas atividades com:

- proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- amparo às crianças e adolescentes carentes;
- promoção de integração ao mercado de trabalho;
- habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

- promoção de projetos de enfrentamento da pobreza.

Formado por 22 membros, sendo 11 representantes de órgãos governamentais e 11 representantes de órgãos não governamentais, o COMAS tem trabalhado dentro de uma política voltada ao atendimento da população, propondo diretrizes gerais da política municipal de assistência social.

Pelo exposto e verificando pela documentação acostada a importância do trabalho realizado e a aptidão à ser declarado de Utilidade Pública, solicitamos o apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 267/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guairacá, com sede e foro no município de Guairacá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guairacá foi fundada em 08 de abril de 1999, com o objetivo de promover medidas de âmbito municipal que visem o ajustamento e o bem-estar dos excepcionais do município e da região, coordenando e executando programas e a política da Federação das APAE's do Estado do Paraná e da Federação Nacional das APAE's.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Passamos, de imediato, ao horário das lideranças: PL, PST, PFL.

(Declinam)

PDT com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, hoje teremos, acredito, a presença de um número que dará o quorum pela bancada de sustentação do governo do Estado do Paraná. O governo vendo que alguma coisa esta Casa, através da Oposição, mostrou à família paranaense de que nós mesmo sendo um número minoritário, mesmo não tendo o amparo pelo qual conta a bancada situacionista, nós procuramos dentro das limitações que nós possuímos através da nossa liderança na pessoa do deputado Irineu Colombo, ele mostra através da sua atuação e com a representação dos demais partidos, do seu PT; do nosso PDT e do PMDB e ainda do PSDB na pes-

soa do José Maria Ferreira, nós procuramos dentro daquilo que podemos mostrar os equívocos que o governo do Estado do Paraná comete contra a família paranaense. Entre estes equívocos, senhores deputados, e a imprensa tem noticiado principalmente num dos jornais da minha cidade e mais precisamente no jornal Diário da Manhã através de uma das jornalistas credenciadas neste comitê de imprensa que fez uma matéria que teve ressonância não só em Ponta Grossa, mas na região dos Campos Gerais com a derrota do governo nas últimas Sessões desta Casa.

Acredito e tenho certeza de que aquela matéria estampou bem o que nós da Oposição desejamos, qual seja um governo que ofereça a condição pela qual a família do Paraná não seja prejudicada e esta matéria que os senhores deputados, que tem a maioria, irão aprovar nesta tarde, não vai ela de encontro com o anseio da família do Paraná. Tenho a certeza absoluta que se fizéssemos uma consulta popular não só a região metropolitana, mas todo o Estado do Paraná em todos os quadrantes sobre a privatização do Banco do Estado e ainda mais sobre aquilo que nós consideramos uma agressão ao Paraná, ou seja, a permanência por cinco anos das contas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dentro do banco futuro a ser privatizado pelo organismo que vá fazer a privatização terá ele já o abatimento com as contas que serão ali depositadas por cinco anos do erário público do Estado que é a maior parcela, de nós e do Poder Judiciário terá ele um lucro razoável que irá abater realmente no preço que ele vai pagar. A imprensa do Paraná divulga e nós endossamos de que esta medida não irá refletir de maneira alguma e de forma alguma no preço a ser pago pelo governo do Paraná, mas sim no preço a ser amortizado pelo valor pago na sua privatização.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, nós estaremos atentos e vigilantes pela família do Paraná, estaremos oferecendo nesta tarde algumas emendas a esse projeto desvinculando o nosso Poder na pessoa do ilustre presidente Nelson Justus, o Poder Judiciário na figura do presidente Zappa, para que se o Executivo deseja de que as contas lá permaneçam ele que assim o faça, mas não por cinco anos, por um ano. Que dê ele condições para que o mesmo Poder Executivo, que vai ter mais e tão somente um ano e meio, senhor presidente, um ano e meio depois dessas eleições terá ele a presença no governo do Estado, teremos as próximas eleições no ano de 2002, aonde um novo governo, aonde um novo governador, e acredito, e uma nova estrutura à família do Paraná haverá de ser oferecida, e não seria de bom alvitre, senhores deputados e ilustre deputada, este Plenário aprovar uma lei pela qual o governo posterior vai ter que complementá-la, num prejuízo não só a esta Casa, mas também e tão somente junto com o Judiciário, o Executivo, a família do Paraná.

Entendemos, se o governador Jaime Lerner, que tem a maioria nesta Casa, que quer a vinculação depois

de privatizado o Banco do Estado, dentro daquele organismo que vai ser privatizado, ele que o faça; mas dentro do período de seu governo ele que mande, ou que faça através dos seus comandos desta Casa, e principalmente do ilustre e respeitoso Líder, Valdir Rossoni, faça a presença do Poder Executivo dentro do Banco a ser privatizado no limite seu. É igual “No Limite” de um dos canais de televisão, no limite aonde suporte a família do Paraná que acreditou no governador. Deixe que o próximo governo, seja quem for ele, tenha liberdade, tenha realmente a condição de procurar as melhores taxas, deputado Braz Palma, como o senhor faz na sua vida particular, como nós fazemos, aí vamos procurar instituições que melhor ofereça não tão somente o depósito, mas o crédito, o empréstimo, as taxas a serem cobradas. Não é admissível, deputado Beraldin, Vossa Excelência que tem uma empresa vá ser obrigado, como será obrigado o povo do Paraná através dos poderes constituídos, mesmo depois de Jaime Lerner ter a obrigação de continuar dentro do banco privatizado com as suas contas, isso é inadmissível. Nós acreditamos, e tenho certeza que a maioria desta Casa não irá aprovar uma medida desta. E o governo, se é que tem responsabilidade, teria que fazer a sua responsabilidade dentro do seu mandato, para daí sim esta Casa ter a condição no dia de amanhã não ser cobrada pela família do Paraná.

O Sr. Beraldin

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Zuk, a pergunta que me veio à mente agora é que o governo do Estado será obrigado a depositar no banco por cinco anos. Aí eu gostaria de saber qual é o crédito que o Estado terá, qual o retorno que terá de lucro para depositar durante cinco anos neste banco. E se depois de nós votarmos esta lei autorizando a colocar no edital, se eventualmente alguém aqui entrar com uma lei anulando esta lei se o Estado já terá obrigação, através de multa, ou prejuízo, porque tenho certeza que num futuro presente alguém vai tentar mudar isso. Então, se o governo não vai se comprometer nesses cinco anos, e terá que pagar a indenização ao vencedor de concorrência por eventualmente retirar essa lei. Essa é uma das indagações e da hipótese que eu gostaria de levantar ao Plenário.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço e concedo um aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

É perfeito o raciocínio do deputado Beraldin. Quer dizer, o que o governo vai ter de lucro, no projeto fica claro que o lucro não existe - é um presente que estamos dando para a empresa, a instituição, que comprar o Banestado.

Além disso, deputado, a lei autorizando a venda, uma outra lei poderá mudar, só que a instituição poderá

cobrar a indenização. Porque uma lei não pode suprimir o direito que uma outra lei fez existir. Há o direito e é um ato jurídico perfeito, embasado na legislação, que Assembleia Legislativa legitimamente fez para o Paraná, de forma que a única providência correta que podemos fazer hoje é reprovando este projeto de lei, porque ele não atende os interesses do povo do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Acredito, senhor presidente, senhores deputados, que a exposição feita pelo deputado Beraldin e a explanação do senhor deputado Nereu Moura e também o pensamento através do semblante dos senhores deputados, que se fazem presentes nesta Casa, de que a vontade do povo do Paraná deverá ser respeitada, não é admissível que alguém, senhor presidente, tenha em mãos aquilo que é o destino dos nossos filhos e aquilo que é o bem-estar da nossa família. Se ele ganhou a eleição e tem a responsabilidade de dirigir o Paraná até o final de seu mandato, ele que assim o faça, mas o faça dentro do que a legalidade e não a imoralidade - como esse projeto que aqui se apresenta.

Nós, no dia de amanhã, teremos nesta Casa a cobrança dos filhos, não só nossos, nem tão somente do Paraná, mas dos filhos de brasileiros e estrangeiros, que virão a Curitiba e ao Paraná emprestar o seu trabalho para o segmento deste Estado.

O Sr. José Maria Ferreira

(Assentimento)

Deputado Luiz Carlos Zuk, estamos às vésperas de, talvez, esta Casa e a sociedade paranaense constatar uma das maiores agressões, que estaremos fazendo ao Estado do Paraná, a esta Casa e sobretudo ao senso da boa administração do recurso público.

A história do Banestado é longa e aqueles que vivenciaram o mandato passado, bem a conhecem, mas alguns capítulos desta história, você vai começando a entender e a compreender, na medida em que as informações são passadas por pequenas frestas, que têm deixado.

Sabidamente o governo Lerner não é um governo de transparência. Para obtermos acordos, compromissos do Estado do Paraná firmado com o Banco Central, levou quase um ano. Poucos de nós conhecem a Resolução 98, firmada pelo Senado Federal. Aí, observamos que, inclusive, que está para acontecer, vamos amanhã gerar uma responsabilidade jurídica, porque teremos, neste caso, senhor deputado, compromissos com a lei. A Lei 866 diz que todas as condições têm que ser colocadas em um edital, em seu Artigo 39 e esta condição não está satisfeita.

Agora, vem o governo dizer, que está querendo valorizar o leilão do Banestado. Ora, se quisesse efetivamente valorizar o leilão do Banestado, ele teria colocado a condição, que é um privilégio. Ter a conta do Banco do Estado e das suas instituições, por cinco anos cativa.

O deputado Beraldin faz uma colocação do sprete, eu aduziria a esta colocação deputado Beraldin, o froot. De quantos dias será o froot? Quantos dias os recursos permanecerão na instituição financeira que vier a adquirir o Banestado? Porque se fizermos estes cálculos e estas informações forem trazidas, possivelmente o Banestado será entregue, de graça.

E mais ainda comprometedor é com relação ao crédito tributário, não se fala nada. O Maranhão que é um Estado muito longe, desculpem aqui os maranhenses, nossos irmãos, mas muito longe da organização do nosso Estado, assegurou, em leilão 28% do crédito tributário, ele vinculou. E estamos entregando um crédito tributário de um bilhão e seiscentos, sem nem sequer ter nenhuma referência! Ora, e aí me afirmariam: - Mas o Maranhão não encontrou interessados, foi federalizado. Mas a União pagou os 28 porque era condição do edital. E estamos perdendo tudo isto, e ainda no sufoco, sem condição que a sociedade e também esta Casa possam conhecer todos os meandros em que foram feitas estas negociações.

Por isso nós aqui nos solidarizamos com Vossa Excelência e sobretudo com a sociedade paranaense indignada com esta atitude do governo.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Encerrando, senhor presidente, queria deixar registrado nos Anais desta Casa e indago a Vossa Excelência representando a todos sua pessoa foi consultada para que este projeto tivesse o apoio não só da presidência desta Casa mas a anuência desse Poder Legislativo para que fiquem os recursos destinados, nos próximos cinco anos, deste Poder, dentro daquilo que é a proposta do governo, no dia de hoje.

Como também, senhor presidente, pela vinculação, amizade, fraternidade e acima de tudo, respeito que tem Vossa Excelência como nós todos pelo Poder Judiciário se o Dezembargador Zappa, que representa outro Poder que é autônomo e que tem a si a responsabilidade de dirigir a Justiça desse Estado, se ele foi consultado e têm a anuência daquele Poder, como do nosso Poder para que isso seja votado com transparência, com vontade para que no dia de amanhã nenhum deputado desta Casa seja cobrado por uma decisão que não seja do interesse da família do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente.

Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1538 de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessão Ordinária, para apreciação de matéria aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1529 de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, com apoioimento dos senhores Luiz Carlos Alborghetti, Carlos Simões, Duílio Genari e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após Sessão Ordinária do dia 21 de agosto para apreciação do Projeto de Lei nº 233/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 012/2000. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, cabe a discussão do requerimento e que seja adiado, portanto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É votação do requerimento.

Vossa Excelência pode perfeitamente discutir.

O SR. IRINEU COLOMBO

Para discutir.

Não se adia na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não. O requerimento depende de votação. O requerimento para interstício. O Regimento Interno é bem claro.

Estou ainda lhe permitindo, abrindo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Para encaminhamento então?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhamento, o que Vossa Excelência sabe que não caberia, mas acho democrático porque no próximo Regimento Interno, vai ser permitindo. Já estou até me antecipando.

O SR. IRINEU COLOMBO

É que esse deputado precisa dessa informação preliminar de mesa, porque a maioria dos requerimentos que são aqui votados cabe discussão. quando se pede para discussão se adia. Como fui informado que não é esse o caso do requerimento e o requerimento pede o interstício. O interstício segundo o Regimento Interno, e diz aqui no

parágrafo 3º, que: “Quando o projeto recebe emenda não cabe interstício.”

Parece-me a intenção do governo é para quebrar interstício, o projeto que receberá emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perdoe-me deputado Irineu Colombo está incorrendo num pequeno equívoco.

O projeto está em 1ª Discussão, já encerrou-se a Discussão do projeto. Não há emenda, estamos discutindo o requerimento.

Portanto, me perdoe Vossa Excelência não está com a razão.

O SR. NEREU MOURA

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente o artigo 175 do Regimento Interno diz o seguinte: “denomina-se interstício o prazo decorrente de dois consecutivos decorrentes de uma mesma proposição”.

No item 3º - Não poderão ser dispensados interstícios para discussão após a sua aprovação os projetos emendados, que deverão ser enviados às comissões, para a redação do vencido e os de criação de cargos da secretária da Assembléia e Tribunais.

Vamos apresentar emendas ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Nereu Moura, Vossa Excelência incorre no mesmo erro do deputado Colombo. Estamos votando o requerimento que Vossa Excelência está fazendo alusão a um projeto que não recebeu emendas e não está em 2ª Discussão.

Portanto quando for em segunda discussão é que ele receberá emendas, até então, não recebemos nenhuma emenda.

Perdoe-me deputado mas Vossa Excelência não está com razão.

Em votação o requerimento. Os deputados que aprovaram o requerimento, diminuição do interstício, permaneçam como estão.

O SR. IRINEU COLOMBO

Votação contrária da Bancada da Oposição, senhor presidente.

Verificação de votação

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

(28) vinte e oito deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

(10) dez, deputados rejeitam

Está aprovado o requerimento.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia. conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2000, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 12/2000, que autoriza o Poder Executivo a incluir no edital de venda do Banco do Estado do Paraná S.A., Banestado, a manutenção, com exclusividade, pelo prazo de 05 (cinco) anos, das contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamento SIAF e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Em votação.**

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, quero encaminhar à discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência me perdoe, já encerramos o Pedido de Votação e de Encaminhamento, na sessão anterior.

Hoje é exclusivamente a votação.

O regimento é claríssimo nesse ponto.

Está em votação os deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Vinte e sete senhores deputados aprovam.

Os senhores deputados rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, gostaria que se faça constar em Ata o voto contrário dos seguintes senhores deputados: Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Nereu Moura, Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk, Antonio Annibelli, José Maria Ferreira, Neivo Beraldin, Ângelo Vanhoni e Edson Strapasson.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está aprovado o projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, tem diversos requerimentos na Mesa pedindo informações sobre a privatização do Banestado. Já na semana anterior disse, nesta Casa, que o secretário da Fazenda se colocaria à disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários aos senhores parlamentares. Por isso vamos votar contra esses requerimentos, porque está marcado para amanhã - às 10 horas, o encontro com o secretário da Fazenda na Secretaria da Fazenda - no auditório, onde o secretário estará lá com toda a sua equipe à disposição dos senhores parlamentares para prestar os esclarecimentos.

Achamos que desta forma fica mais transparente e é uma forma do próprio na hora em que o secretário estiver esclarecendo, ele poderá contestar o próprio secretário. Por isso, senhor presidente, vamos votar contra todos os requerimentos de informações do Banestado.

Obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, não concordo de maneira nenhuma com o encaminhamento do deputado Valdir Rossoni, na medida em que esse Poder Legislativo está usando de um instrumento formal e constitucional do pedido de informação. E este pedido de informações tem que ser assumido por um agente público, que, no caso, é o secretário da Fazenda. Tem que ser escrito e assinado, para ter valor inclusive jurídico se for o caso.

Deputado Valdir Rossoni, eu assisti a fita, toda a fita em que o secretário tenta dar as explicações naquela audiência pública. E sabe que o secretário por diversas vezes fala, senhor presidente? “Não, assunto de banco eu não entendo”. Ele dá respostas genéricas numa sessão apenas filmada, tem que degravar para depois fazer o procedimento jurídico, se for o caso. E não tenho nenhum dado formal que ele escreve. Isso não entendo. Ele fala, é registrado mas ele não assume com a sua assinatura que ele não entende de banco. Ele fala por diversas vezes, por 03 ou 04 vezes, na audiência pública: não isso eu não entendo nada de banco, não vou explicar porque esse negócio de banco eu não entendo mesmo. “Por diversas vezes.

Então, o ideal seria que esta Assembléia não se submetesse ao governo do Estado de ir lá, onde quer que seja, para receber as explicações, porque para nós não basta as explicações nós queremos o contraditório. E o contraditório por escrito e formalizado.

E lá na casa dele, inclusive se for o caso de ter uma estrutura de projetor de multimídia, eu trago o meu aqui, nós colocamos aqui como colocamos por diversas vezes, não tem o menor problema, no plenarinho, a Assembléia tem toda a estrutura para explicações a esta Casa, formalmente, e com a possibilidade ampla do contraditório e assinar o que ele fala. Se ele falar mais uma vez, como fez na audiência pública, que ele não entende nada de banco. Portanto, para nós tem que ser uma coisa no papel. E damos a oportunidade, deputado Valdir Rossoni, se nós aprovarmos este requerimento dele não cometer mais

esse deslize, de ele dar para a sua assessoria técnica e explicar tecnicamente e formalmente para nós. Veja que é uma chance muito boa do governo em tentar mostrar conhecimento técnico acerca do Banestado.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Para Encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, esta Casa tem os instrumentos do seu Regimento, que é a busca de informações.

Ora, nós estamos abrindo mão, deputado Rossoni, de uma das características maiores que é do Parlamento, que é a de buscar junto ao Executivo as informações necessárias para que nós possamos ter consciência de estarmos votando com tranquilidade, para que nós possamos ter condições de estarmos negando o voto também com tranquilidade.

Agora, o que está acontecendo? Nós iremos ou quem for lá independente que seja a Bancada de Situação ou de Oposição, ele vai lá e não tem nenhuma informação, como veio o senhor secretário numa das últimas sessões, veio e disse, e não temos documentos, não temos informações nenhuma, e vai acontecer a mesma coisa. E não é isso, senhor líder do Governo, o que essa bancada de Oposição busca e, sobretudo, a sociedade paranaense, é esclarecimento, é ver por que, por exemplo, que o Banestado chegou a essa situação, porque a Banestado Leasing, apresentou em 05 anos um prejuízo de balanço de quinhentos e setenta e sete milhões. Ora, não vai ser lá na hora que nós vamos estar contestando.

E aqui quero também reafirmar as palavras do deputado Colombo, o poder escreve, o poder não fala. E nós somos um poder, senhor presidente, e nós gostaríamos de ver esses requerimentos respondidos até para que não pairasse nenhuma sombra de dúvida sobre as informações e os questionamentos que a Bancada de Oposição tem.

Agradeço e espero que o deputado Valdir Rossoni possa, com a sua absoluta liderança na Bancada, reencontrar esta votação e que nós possamos cumprir o papel de conhecer antes de votar e não conhecer depois que nós votamos, pela imprensa.

Hoje, a Câmara Municipal de Curitiba, pela manhã, votou unânime um voto de desagravo que está realizado no Banestado.

Ora, daqui a pouco esta Assembléia, a Assembléia do Estado do Paraná vai ser ultrapassada pelos fatos pela Câmara Municipal de Curitiba e por tantas outras quantas vão se manifestar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Continua em votação.

Em votação. Os deputados que aprovam o requerimento, fazendo um requerimento firmado pelo deputado Hermes da Fonseca e Ângelo Vanhoni, fazendo algumas poucas perguntas esclarecedoras ao secretário da Fazenda, permaneçam como estão.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, eu gostaria que Vossa Excelência, se possível esclarecesse de que forma Vossa Excelência está colocando em votação o requerimento, porque eu não entendi a forma como Vossa Excelência está colocando.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há um requerimento firmado pelo deputados Hermes da Fonseca e Ângelo Vanhoni solicitando do senhor secretário da Fazenda e do presidente do Banestado algumas informações, algumas poucas informações esclarecedoras para esta Casa. Os deputados fazem o requerimento e eu o coloco em votação: Os deputados que aprovam o requerimento firmado pelos deputados Ângelo Vanhoni e Hermes Fonseca, permaneçam como estão. Está Rejeitado o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Gostaria de saber como fica registrado o voto do deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Aprovo o requerimento

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Eu apenas queria, senhor presidente, justificar a votação desfavorável ao requerimento porque há uma postura do governo e temos vários outros requerimentos que pedem informações sobre a questão Banestado e, por isso, por recomendação do governador, ele está colocando toda a estrutura da Secretaria da Fazenda e do Banestado à disposição dos senhores parlamentares, no dia de amanhã, às 10 horas na Secretaria da Fazenda.

Esta questão de que o secretário da Fazenda não entende de Banco será resolvida pelo fato dele estar acompanhado de uma ampla equipe técnica que prestará todos os esclarecimento.

Melhor ainda é o debate porque se algum deputado não concordar com os esclarecimentos do secretário da Fazenda, terá a oportunidade de contestar o secretário e aí sim podemos voltar a discutir a questão nesta Casa.

Assim justifico o voto da Bancada do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência, de qualquer maneira, ao seu livre arbítrio, irá encaminhar oficiosamente ao senhor secretário de Finanças e ao presidente do Banco, com a

sua assinatura, todas as questões chegadas a esta Casa para respostas.

Vou me encarregar de encaminhar as perguntas por minha conta e risco.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Gostaria então, senhor presidente, justificando nosso voto, cumprimentar a sua posição que dará uma maior contribuição a este Poder. Discordo do líder do Governo porque se o governo é transparente, o governo quer realmente uma discussão em que tenhamos em mãos elementos transcritos e não falados, do Banestado, da sua privatização.

É muito mais fácil fazer uma argumentação com alguma coisa em mãos e não tão somente palavras no ar.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, me permita discordar da atitude de Vossa Excelência porque houve uma decisão de Plenário onde esta Casa decidiu não aprovar o requerimento e aceitar a proposta de que os esclarecimentos serão feitos pelo secretário da Fazenda e por toda sua equipe técnica, inclusive pessoas do Banestado.

Então, quero discordar da presidência em encaminhar a seu livre arbítrio porque Vossa Excelência, infelizmente, não está autorizada por esta Casa a encaminhar o requerimento porque ele não foi aprovado Vossa Excelência poderá encaminhar, sim, como deputado Nelson Justus, que isso é regimental. Mas, como presidente, quero dizer a Vossa Excelência que discordo, porque a grande maioria desta Casa não aprovou o requerimento encaminhado pelos ilustres parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência está coberto de razão. Concedo a palavra, Pela Ordem, ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Queria parabenizar Vossa Excelência pela postura, senhor presidente, de como deputado - Vossa Excelência deixou isso claro - como deputado encaminhar estas perguntas que todo o Paraná possui ao presidente do Banco do Estado e ao secretário da Fazenda. Gostaria que a Assembléia do Paraná encaminhasse, porque todas as vezes que nós vamos à conversa com o secretário da Fazenda, nós voltamos com mais dúvidas, porque ele mais complica do que esclarece. Por isso, nós nos recusamos a conversar com o secretário e queremos que ele se relacione com esta Casa de forma formal, explicando os atos do governo. Quero parabenizar, em nome do meu Partido, esta atitude de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero explicar, mais uma vez, para não polemizar, apenas para facilitar a situação do secretário da Fazenda, eu vou encaminhar as dúvidas para que na reunião de amanhã, quando for conversar com os senhores deputa-

dos, ele saiba quais são as dúvidas que passam pelas cabeças de Vossas Excelências. Só. Sem polêmica.

Requerimento com sua discussão adiada e que peço data vênua ao requerente, para que retire seu requerimento, porque ele estaria totalmente prejudicado, que também requer envio de expediente ao senhor secretário da Fazenda, solicitando informações. Naturalmente que será rejeitado, nesta Casa, e que eu já me comprometo de incluir também nas dúvidas que possamos ter para facilitar a conversa de amanhã. O requerimento do deputado José Maria Ferreira requer envio de expediente ao senhor secretário da Fazenda. É só para facilitar as coisas, também. Senão vamos colocar em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, faço isto em homenagem a Vossa Excelência, até porque com a sua decisão, de fazer o encaminhamento destes ofícios, mesmo na condição oficiosa, tenho certeza de que eles terão, lá na mesa do secretário para que ele possa responder. Retiro o requerimento em função da postura da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está retirado o requerimento. Tem a palavra o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Uma questão de esclarecimento, gostaria de fazer um pedido todo especial à Bancada da Oposição, para que amanhã fôssemos discutir com o secretário da Fazenda, com o presidente do Banestado, com os diretores, com os técnicos, e se por uma eventualidade as questões não forem esclarecidas a contento pelos senhores parlamentares, aí sim poderão chegar nesta Casa e requererem novos esclarecimentos. Mas, não podemos jamais nos furtarmos de fazermos um encontro com as pessoas que podem esclarecer. Porque nada melhor que os esclarecimentos frente a frente. Porque os deputados que discordarem dos esclarecimentos do secretário, terão oportunidade de lá, no mesmo momento, discordar e colocar sua opinião pessoal. Acredito que não deveríamos radicalizar este problema, porque podemos contribuir para os esclarecimentos. É esta a determinação do governador, prestar todos esclarecimentos. Foi a forma que encontramos de melhor esclarecer os senhores parlamentares. Por isso temos até o dia de amanhã para irmos em busca de mais informações e termos uma oportunidade de termos um debate de alto nível para esclarecermos todas as dúvidas. Se por uma eventualidade o secretário não for claro, aí também tomaremos uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero ratificar o convite do líder do Governo, porque efetivamente o secretário da Fazenda terá em suas mãos, num rascunho por mim elaborado, com todas as dúvidas de Vossas Excelências. E seria extremamente

oportuno, democrático, técnico, profissional, se todos aqueles que têm dúvidas estivessem presentes nesta reunião.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, Vossa Excelência deu um exemplo de democracia. Mas, um exemplo de democracia tem que ser dado e respeitado quando um deputado busca conhecer a verdade a respeito da privatização de um banco, da importância e do grau de influência, na economia como é o Banestado no Estado do Paraná.

Agora, o deputado líder do governo, Valdir Rossoni, fala que precisamos estar lá, que precisa conhecer. Ora, obrigação primeira tem o senhor secretário em informar. Os deputados vão para aquela reunião sem informação, sem condições, só com as dúvidas. Agora, chega lá não temos dados, foi como colocou na última reunião, um calhamaço de papel querendo que degustássemos os dados como se consumíssemos sorvete na quitanda da esquina. Não é bem assim. Se é pizza, mas não tem como.

O SR. HERMAS FONSECA (Pela Ordem)

Senhor presidente, a postura do ilustre líder do governo nesta Casa diminui a ação dos parlamentares do Paraná. A função primeira do secretário é responder oficialmente aquilo que esta Casa tem o direito de perguntar, tem o direito de inquirir, tem o direito de saber, porque estamos representando não apenas nós, mas estamos representando todos os paranaenses que são contra a privatização do Banestado.

Portanto, o que o líder do governo quer é que nos tornemos subservientes. Não custaria e seria a diplomacia do governo é mandar estas informações e não sermos obrigados ou sermos praticamente um convite intimação para estar lá para poder saber o que se passa no Banco do Estado do Paraná. Discordamos desta atitude, não concordamos com esta postura do governo. Esta postura do governo é para radicalizar uma discussão que interessa a todo o Paraná.

Portanto, não compareceremos lá porque entendo como parlamentar que a função primeira é ele responder aquilo que estamos perguntando oficialmente que é uma das prerrogativas do parlamentar nesta Casa. Se não o fizer desta forma vamos usar o direito de cidadão e fazê-lo da mesma forma, protocolado na secretaria para ele responder aliás sempre quando quer, da forma que quer não satisfazendo os interesses do Paraná.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 145/98, de autoria dos deputados Anibal Khury e Caíto Quintana, que dispõe que os exames para detecção do diabetes e da hipertensão arterial, serão realizados gratuitamente pelos Postos de Saúde, no Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 145/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria da Saúde, instituir programa de exames para detecção do diabetes e da hipertensão arterial gratuitos em todos os Postos de Saúde do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 220/97, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel - terreno de 600 metros quadrados com prédio, de propriedade do Estado, ao município de Cruzeiro do Sul. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 625/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Rio Branco do Sul. **Aprovado.**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 221/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública para a Associação de Atendimento à Família e Infância (AAFI), de Porto Novo, no município de Adrianópolis e foro no município de Bocaiúva do Sul. **Aprovado.**

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem)

Apenas para registrar a presença do prefeito de Santa Tereza do Oeste, Reinaldo M. Antunes e o candidato a prefeito, Cezar Lazarotto e o candidato a vice-prefeito, Amarildo Rigoli.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrada.

Sejam bem vindos à nossa Casa.

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 632/99, de autoria do Deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Médio Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NETES TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda: **Aprovada.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 656/99, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que proíbe em todo o território do Estado do Paraná, a importação, circulação, comercialização ou consumo de carne oriunda de países que utilizem substâncias com anabolizantes, de origem natural ou sintética, usadas para fins de aumento de massa corporal de animais de abate para consumo humano. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. A EMENDA 01 E CONTRÁRIA A 02. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/2000, de autoria do Ministério Público (Proc. Geral de Justiça), que altera a redação do artigo 5º, da Lei 11.078, de 29 de março de 1995. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 115/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 5º, da Lei nº 11.708, de 29 de março de 1995, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º - Para fins do inciso XI, do artigo 27 e § 2º, do artigo 114, da Constituição Estadual, o limite máximo a ser pago aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, não poderá exceder o subsídio ou vencimento básico acrescido da verba de representação, estabelecido ao promotor de Justiça substituto, para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, excluído somente o adicional por tempo de serviço até o limite de 35%”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2000.

(a) MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

Com a edição da Carta Constitucional de 1988, é de todos sabido terem sido conferidas ao Ministério Público um conjunto de atribuições, prerrogativas e características que culminaram por alojá-lo em situação *sui generis* na estrutura organizacional do Estado, de indisputável relevo entre os poderes que o compõem.

Com efeito, da leitura que se efetue do disposto no artigo 127 e seus parágrafos, da Constituição da República, exsurge estar a Instituição Ministerial posicionada entre os denominados órgãos estatais independentes, “originários da soberania e representativos dos

Poderes do Estado, colocados no ápice da pirâmide governamental, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e só sujeitos aos controles constitucionais de um Poder pelo outro. Por isso são chamados órgãos primários do Estado. Esses órgãos detêm e exercem precipuamente as funções políticas, judiciais e quase judiciais outorgadas diretamente pela Constituição, para serem desempenhadas pessoalmente por seus membros (agentes políticos, distintos de seus servidores, que são agentes administrativos), segundo normas especiais e regimentais” (Hely Lopes Meirelles, *in* Revista *Justitia*, vol. 89, pp. 261/262).

Com base em tal conformação, foram elencadas na Carta Magna, na Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, na Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 e, esparsamente, em outros textos legais, de modo não taxativo, aquelas funções institucionais que, ao ver do legislador, por estarem cravadas de maior significado social, estão a cargo do Ministério Público.

Incumbe-lhe, assim, a par da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, entre tantas outras relacionadas nos textos de lei referidos.

Objetivando ao atingimento de tais desideratos, além da estrutura institucional e administrativa já existente, foram criados os Centros de Apoio Operacionais, em número de onze, a saber: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais; Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência; Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Patrimônio Público; Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Execução Penal; Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais; Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente; Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Saúde e Segurança do Trabalhador; Centro de Apoio Operacional das Promotorias Cíveis; Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais.

Além disso, pretendendo possibilitar o acesso da população à Justiça aos demais serviços prestados pelo Estado, foram criadas as Promotorias das Comunidades, as quais, atualmente em número de seis, encontram-se instaladas nos bairros mais populosos da Capital. E, de outro lado pretende-se, para breve, a ampliação desse número, bem como implementar iniciativa análoga nas Comarcas de maior densidade populacional.

É desnecessário enaltecer o aspecto de que a possibilidade de efetiva consecução dos encargos decorrentes de tais atribuições reside tanto nos procuradores e promotores de Justiça quanto no aparato de recursos humanos e materiais que lhes dá suporte. Mas é precisamente na deficiência destes recursos humanos, máxime no que tange aos de capacitação técnica especializada, que se

encontra o ponto de estrangulamento do Ministério Público, pois a estrutura de apoio que o serve flagrantemente está a exigir imediato redimensionamento.

Em que pese o número insuficiente de servidores, o Ministério Público, em nenhum momento, tem faltado com seus deveres em todas as áreas de atuação.

Por outro lado, o Ministério Público, com o advento da nova Constituição Federal, teve assegurada sua autonomia funcional e administrativa, podendo, assim, propor a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, conforme previsão contida no § 2º, do artigo 127:

“Art. 127 - O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

(...)

§ 2º - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento”.

O § 2º, do artigo 114, da Constituição Estadual, por seu turno, repete a regra inserida no § 2º, do artigo 127, da Constituição da República.

O artigo 3º, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, segue, rigorosamente, a diretriz constitucional, conforme observamos:

“Art. 3º - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

(...)

VII - exercer a iniciativa de leis de criação, transformação e extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, e de fixação e reajuste dos respectivos vencimentos e vantagens”.

O artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, por outro lado, estabeleceu para os ocupantes de cargos, funções e empregos públicos um limite máximo de remuneração, que não pode “exceder o subsídio, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”.

A Constituição Estadual, no inciso XI, do artigo 27, disciplina o valor máximo de remuneração dos servidores públicos estaduais, nos seguintes termos:

“Art. 27 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

(...)

XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos, no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos

como remuneração em espécie, a qualquer título, por deputados estaduais, secretários de Estado e desembargadores, e, nos municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo prefeito;"

Seguindo essa linha, a Lei nº 11171/95 estabelece o limite remuneratório dos membros do Ministério Público do Estado, cujo parâmetro, no âmbito estadual, é a remuneração do procurador geral de Justiça.

Contudo, em relação aos servidores da Procuradoria Geral de Justiça, que são integrantes da estrutura organizacional do Ministério Público, o limite leva em conta o vencimento básico do Quadro Geral do Poder Executivo (artigo 5º, da Lei nº 11078/95), que, como é sabido, não pertencem a esse Poder.

Desta forma, em respeito ao princípio da simetria, os servidores da Procuradoria Geral de Justiça, na qualidade de integrantes da estrutura organizacional do Ministério Público, regidos por normas e resoluções desta Instituição, devem ter como limite máximo os vencimentos (mais vantagens) ou subsídio mensal do promotor de Justiça substituto.

Por derradeiro, deve ser ressaltado que a repercussão financeira, caso aprovado o anteprojeto, não será significativa, ou seja R\$ 14.593,40 (quatorze mil, quinhentos e noventa e três reais e quarenta centavos), consoante valor apurado no procedimento administrativo interno nº 3.557/2000, desta Procuradoria Geral de Justiça.

Em síntese, pretende-se que esta Augusta de Leis, sensível às iniciativas que venham em proveito da sociedade, oferecendo sua imprescindível contribuição no aprimoramento do Anteprojeto de Lei que ora se submete à apreciação, faça por aprová-lo, instrumentalizado assim o Ministério Público, para remunerar seu quadro funcional de acordo com os aludidos mandamentos constitucionais e como a Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1.999.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Procurador-Geral

Ofício nº 0221

Curitiba, 04 de abril de 2.000

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à sua elevada apreciação o incluso Anteprojeto de Lei e correspondente justificativa.

Pretende-se, com esta iniciativa, alterar a redação do artigo 5º, da Lei nº 11.078, de 29 de março de 1995, para ajustá-la aos comandos constitucionais inscritos nos artigos 127, parágrafo 2º, da Constituição da República, e 114, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná.

Sendo o quanto caiba expor, é-me grato renovar-lhe minhas expressões de sincero apreço.

(a) GILBERTO GIACOIA

Procurador-Geral de Justiça

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual Nelson Justus

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 115/2000

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Ministério Público, através da Procuradoria Geral de Justiça, tem por finalidade, alterar a redação do artigo 5º, da Lei nº 11.078, de 29 de março de 1995.

Autuado em 19/04/2000, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do § 2º, do artigo 33, do Regimento Interno.

Fundamentação

A presente proposta pretende alterar o artigo da Lei nº 11.078, que dispõe sobre o limite máximo a ser pago aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. No antigo texto esse limite levava em conta o vencimento básico do Quadro Geral do Poder Executivo. Vale salientar, que os servidores da Procuradoria geral da Justiça, na qualidade de integrantes da estrutura organizacional do Ministério Público, regidos por normas e resoluções desta Instituição, não pertencem ao Poder Executivo.

Conforme o que dispõe o §2º do artigo 127 da Constituição Federal é de competência do Ministério Público a elaboração desta propositura, que dispõe que os seus servidores deverão ter como limite máximo os vencimentos (mais vantagens) ou subsídios mensal do promotor de Justiça substituto.

Conclusão

Pelo exposto concluímos pela juricidade constitucionalidade e legalidade do projeto de Lei nº 115/2000, que procura remunerar o quadro funcional da Procuradoria-Geral de Justiça de acordo com a Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1.999 e com as Constituições Estadual e Federal.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 115/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Ministério Público - Procuradoria Geral de Justiça, objetiva alterar a redação do artigo 5º, da Lei nº 11.078, de 29 de março de 1995.

A referida lei, dispõe sobre o limite máximo a ser pago aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. No antigo texto esse

limite levava em conta o vencimento básico do Quadro Ge-ral do Poder Executivo. Por isso vale salientar que os servidores da Procuradoria Geral da Justiça, na qualidade de integrantes da estrutura organizacional do Ministério Público, regidos por normas e resoluções desta instituição, não pertencem ao Poder Executivo.

Podemos observar a existência de Parecer Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o artigo. 33, § 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nada que possa impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, opinamos favoravelmente ao presente plano de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.2.000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo repassar recursos financeiros necessários para a manutenção da Associação de Pais e Funcionários da SETR/DER. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 087, de 26.06.2.000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 217/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a repassar recursos financeiros necessários para manutenção da Associação dos Pais e Funcionários da SETR/DER.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 08.08.2.000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 217/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, objetiva autorizar o Poder Executivo repassar recursos financeiros necessários para a manutenção da Associação dos Pais e Funcionários da SETR/DER.

Sobre a matéria podemos constatar a existência de Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o § do artigo 33 do Regimento Interno, observamos não existir nenhum impedimento quando a sua normal tramitação.

Desta forma emitimos nosso Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.2.000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1530, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, com apoio dos senhores deputados Luiz Carlos Alborghetti, Miltinho Puppio, Luiz Fernandes da Silva e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária de terça-feira, dia 22, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei nº 256/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 017/2000. **Recebido na forma do § 2º, Artigo 107, do Regimento Interno.**

Requerimento nº 1517, de autoria dos senhores deputados Hermes Fonseca e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimentos nºs 1513 e 1524, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1515 e 1516, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1522, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1525, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1526 e 1527, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1528, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1531, 1532, 1533, 1534, 1535, 1536 e 1537, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1540, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, logo após a presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 233, 115 e 217/00

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 137 e 235/00.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 056, 626, 627/99 e 192/00.

2ª DISCUSSÃO - dos projetos de Lei nºs 137 e 235/00

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 324/99, 237 e 256/00.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Moysés Leônidas, Algaci Tulio, Carlos Simões, Edson Praczyk, Serafina Carrilho, César Seleme, Nereu Moura e Antonio Carlos Belinati, Durval Amaral e mais os deputados Cezar Silvestri, Irineu Colombo, Orlando Pessuti e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 219/00 de autoria do deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 235/00 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari- APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 233/00 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL DO DEPUTADO do deputado Cesar Seleme, com voto CONTRÁRIO dos deputados Orlando Pessuti, Irineu Colombo e Nereu Moura - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 256/00 de autoria do Poder Executivo. O senhor deputado Orlando

Pessuti pediu a palavra para informar aos senhores deputados que esta mensagem não foi lida na Casa, portanto solicita que seja encaminhado à Diretoria de Apoio ao Plenário, para que se tomem as medidas cabíveis - DEFERIDO; 05) Projeto de Lei nº 161/00 de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 117/00 de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés leônidas - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 237/00 de autoria do Poder Executivo. Concedido vistas ao deputado Nereu Moura; 08) Projeto de Lei n 232/00 de autoria do deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 271/00 de autoria do deputado Moysés Leônidas. Concedido vistas ao deputado Orlando Pessuti; 10) Projeto de Lei nº 174/00 de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - Aprovado; 11) Projeto de Resolução nº 08/00, de autoria do deputado Péricles de Mello. O senhor deputado Antonio Carlos Belinati, relator da matéria exara parecer no sentido de que seja a mesma devolvida aos autores para que possam adequa-las às normas contidas no regulamento interno desta Casa; 12) Projeto de Lei nº 617/99 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 137/00 de autoria do deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 226/00 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 138/00 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado pastor Edson Praczyk - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 157/00 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Concedido vistas ao deputado Orlando Pessuti; 17) Projeto de Lei nº 167/00 de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Concedido vistas ao deputado Orlando Pessuti; 18) Projeto de Lei nº 013/00 de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer CONTRÁRIO do deputado Valdir Rossoni, com voto CONTRÁRIO ao parecer dos deputados Nereu Moura, Orlando Pessuti, Irineu Colombo, Pastor Edson Praczyk e Moysés Leônidas - REJEITADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
 ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária